

## Precatórios desafiam Orçamentos de 2027

**Contas públicas** Pagamento de dívida judicial até 2026 ameaça Plano Plurianual e suscita ideia de nova rolagem

# Precatórios põem em risco Orçamento de 2027

Jéssica Sant'Ana  
De Brasília

A "bola de neve" criada com a emenda constitucional que limitou o pagamento de precatórios trouxe um desafio adicional à elaboração do Plano Plurianual (PPA), que será apresentado pelo governo federal ao Congresso até o fim deste mês. O Valor apurou que a pasta do Planejamento e Orçamento teve que apresentar aos ministros um referencial monetário para despesas discricionárias em 2027 prevendo dois cenários.

O primeiro foi feito considerando a regra atual, ou seja, que o limite anual para pagamento dos precatórios se encerrará em 2026 e que, em 2027, a dívida, incluindo o estoque, terá de ser paga integralmente pela União. Nesse cenário, os ministérios ficaram com um or-

camento para as despesas discricionárias igual a zero, ou seja, ficaram sem recursos para investimento e custeio da máquina pública. Isso porque o passivo de precatórios estimado pelo Tesouro Nacional para ser pago em 2027 é de R\$ 199,59 bilhões, valor que consumiria o espaço das despesas não obrigatórias do Orçamento.

Com deixar os ministérios sem recursos é inviável do ponto de vista de gestão, o Planejamento traçou um segundo cenário para 2027, em que considera que haverá uma mudança na emenda constitucional para evitar que as dívidas judiciais comprimam as despesas discricionárias. Esse segundo cenário considera que o montante a ser pago em precatórios em 2027 terá como referência o valor pago em 2026, não incluindo o passivo a ser quitado.

Dessa forma, os ministérios conseguirão ter recursos para aplicar em seus projetos.

O imbróglio é mais um sinal vindo do próprio governo que a questão da "bola de neve" dos precatórios terá de ser enfrentada até o fim deste governo Lula para não inviabilizar o Orçamento em 2027. Alerta semelhante já havia sido feito pelo próprio Tesouro no seu Relatório de Projeções Fiscais referente ao primeiro semestre deste ano.

**Caso pagamento se encerre mesmo em 2026 pode faltar espaço para gasto discricionário**

"Caso não haja mudança nas regras atuais, o pagamento desse passivo [de precatórios não pago de 2022 a 2026] deverá novamente se submeter ao limite de despesas, comprimindo o espaço para a execução das despesas discricionárias", disse o Tesouro.

A secretaria calculou que o passivo de precatórios não pago foi de R\$ 21,9 bilhões em 2022 e estimou que o valor acumulado até 2027 chegará a R\$ 199,59 bilhões, considerando que não haverá pagamento antecipado de precatórios com deságio nem seu uso em operações de encontro de contas — o que foi proposto pelo governo Jair Bolsonaro, mas praticamente descartado pelo governo Lula.

Por isso, o Tesouro sugeriu no relatório que o passivo de precatórios seja retirado do limite de despesas sujeitas ao novo arca-

bouço fiscal, de modo a não prejudicar os gastos discricionários em 2027. "Devido ao impacto significativo em 2027 e anos seguintes, assume-se que haverá excepcionalização futura dessa despesa [de precatórios] do limite de gastos a partir de 2027".

O Valor apurou que o Ministério da Fazenda já discute internamente uma solução, porém ainda não há decisão, pois há outras questões mais urgentes a serem enfrentadas antes.

O limite anual para pagamento de precatórios foi proposto pelo governo Bolsonaro e aprovado pelo Congresso em 2021. O objetivo foi permitir o pagamento de benefícios previdenciários e viabilizar espaço no Orçamento de 2022 para as promessas de campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi candidato à

reeleição. Na época, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a medida, dizendo que o volume de precatórios a ser pago era um "microcosmo" que inviabilizaria o Orçamento de 2022. Porém, ele acabou jogando a dívida para a frente.

Ao analisar uma representação sobre o tema, o Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu os riscos fiscais da emenda constitucional que limitou o pagamento de precatórios. Segundo o TCU, o limite ajuda a reduzir os gastos no curto prazo, mas aumenta a pressão sobre o Orçamento no médio prazo. O tribunal recomendou ao governo que adote providências para elaborar as estimativas anuais do passivo acumulado, com indicação de medidas compensatórias para a manutenção do equilíbrio fiscal.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Caderno:** A **Página:** 7